

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 30/2026

Data: 12/06/2026

Às 09h00

<https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG:987915 – N.º Comprasnet 90030

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE CONTROLE DE ABASTECIMENTO PARA FROTAS COM DISTRIBUIÇÃO POR MEIO DE CAMINHÃO TANQUE (COMBOIO) DA CONTRATADA.

pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br

(42) 3127-8170_GLEISE





EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12288/2026

PREÂMBULO

A Prefeitura de Telêmaco Borba, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, e sob a responsabilidade das Pregoeiras **Matilde Maria Bittencourt**, **Gleise Cristiane Kwas Lucio** e do Pregoeiro **Gabriel Marcondes Pukanski** designados pelo Decreto Municipal nº 29.909/23, torna público, para conhecimento dos interessados, que em atendimento ao Processo de Despesa nº **103 de 07 de maio de 2026**, e com a respectiva autorização da Exma. Prefeita Municipal, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº. 29214/23, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares, a realizar-se no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: HORÁRIO: 09h00min	DATA: 12/06/2026
UNIDADE COMPRADORA: 987915 – NUMERO DA COMPRA: 90030	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF</u> .	
OBSERVAÇÃO: <u>Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</u>	

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto para o **SERVIÇO CONTÍNUO DE CONTROLE DE ABASTECIMENTO PARA FROTAS COM DISTRIBUIÇÃO POR MEIO DE CAMINHÃO TANQUE (COMBOIO) DA CONTRATADA**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas das Secretarias Municipais de saúde, Assistência Social e Obras e Serviços Públicos.

1.2. O objeto desta licitação será dividido **em LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos **LOTES** forem de seu interesse.

1.3. O **LOTE** é de **AMPLA DISPUTA**, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital, inclusive MEI, ME ou EPP.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 2.646.112,50 (dois milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, cento e doze reais e cinquenta centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Prefeitura de Telêmaco Borba, para o presente exercício, na classificação abaixo:

ANO	CÓDIGO	DOTAÇÃO	RECURSO	VERBA
2026	251	08.003.15.451.1502.2136.3390.30.00.00	10650	PRÓPRIA
2026	584	12.001.10.301.1001.2073.3390.30.00.00	00303	PRÓPRIA
2026	593	12.001.10.301.1001.2075.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	594	12.001.10.301.1001.2075.3390.30.00.00	00490	PRÓPRIA
2026	595	12.001.10.301.1001.2075.3390.30.00.00	00494	PRÓPRIA
2026	633	12.001.10.301.1001.2079.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	634	12.001.10.301.1001.2079.3390.30.00.00	00303	PRÓPRIA
2026	757	13.002.08.344.0802.2053.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. Os interessados em participar da licitação deverão atender às condições seguintes:

3.2.1. Credenciar-se previamente no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2.2. Remeter, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço OU o desconto e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

3.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo agente de contratação OU pregoeiro de sua desconexão; e

3.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a exclusão do licitante do certame.

3.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.

3.7. Não poderão participar desta licitação:

3.7.1. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.7.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.3. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.4. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.5. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.7.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

3.7.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.

3.7.11. O impedimento de que trata o item 3.8.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.



3.7.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.14. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7.16. A vedação de que trata o item 3.8.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 09h às 11h15min e das 13h15min às 17h00min.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, municipais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Boletim Oficial do Município que interfiram no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão ou concorrência, através do Sistema.

4.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Municipal.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico: pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.



- 5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.
- 5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.
- 5.6. No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem começarão a correr no primeiro dia e hora úteis subsequentes ao registrado na correspondência eletrônica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.6. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não



ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3., 6.4. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e valor total do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do

Termo de Referência;

7.1.1. Percentual de desconto unitário, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto
- 7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 7.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nesse Edital.

8. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.3.2. A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação OU pregoeiro e os licitantes.
- 8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.7. O lance deverá ser ofertado pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, conforme definido neste Edital.
- 8.8. **A fase de lances se dará pelo desconto em cada item que compõe o lote, onde o desconto proposto para o óleo diesel será aplicado sobre o valor médio da ANP, e o desconto do Arla 32 incidirá sobre o valor estimado em edital do galão de 20 litros.**
- 8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.



8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

8.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.13. **MODO DE DISPUTA ABERTO**

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.17. Encerrada a etapa anterior o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente; ou em ordem decrescente (no caso de pregão por maior desconto).

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação ou pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.

8.23. Em relação a itens para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.



8.24. Nas condições acima, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.25. A melhor classificada nos termos do subitem anterior poderá encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

8.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema realizará automaticamente um sorteio para definir qual fornecedor será convocado na sequência para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº. 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.28.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Municipal nº. 29.210, de 2023;

8.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos do Decreto Municipal nº. 29.211, de 2023.

8.28.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, nos termos do Decreto Municipal nº. 29.214 de 2023, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.28.5. Caso a regra prevista na cláusula 8.27.4 deste Edital não solucione o empate, será realizado sorteio, nos termos da regulamentação municipal.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado da classificação.

8.30. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº. 14.133/2021, e na cláusula terceira deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será excluído, por ausência de condição de participação.

9.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.10. A proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá conter:

9.10.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

9.10.2. Preços unitários e totais, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula;

9.10.3. Constar quantidade de unidades para cada item; descrição detalhada do objeto - conforme o Edital: indicando, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso); e descrição do objeto deve atender o disposto no ANEXO I do Edital, vinculando-se à licitante;

9.10.4. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.



9.11. As propostas readequadas, devem ser enviadas com os valores unitários com 2 (duas) casas decimais, sendo que o valor TOTAL do item não pode ser superior ao ofertado na etapa de lances, ou seja, só serão aceitas propostas que o valor unitário do item multiplicado pela quantidade, resulte em um valor TOTAL igual ou inferior ao ofertado na fase de lances.

9.11.1. Caso os valores estejam em desacordo com o item acima, o Pregoeiro enviará via chat, os valores unitário e totais que serão considerados para o item.

9.12. No caso de aquisição de bens, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 9.12, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.12.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Erros no preenchimento da proposta ou da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta e/ou a planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº. 14.133, de 2021.

10.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

10.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA



a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.1. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade fiscal perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título



VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I - Publicados em Diário Oficial; ou

II - Publicados em Jornal; ou

III - Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário" contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) As empresas que utilizam o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital somente estarão dispensados de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova da utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital, acompanhado do recibo de entrega. Este documento é assinado digitalmente, o que supre a ausência de assinatura no balanço apresentado na licitação.



e) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

10.6.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial dos Sócios no domicílio da pessoa física, conforme artigo 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.6.2.1. Somente serão aceitas certidões emitidas pelo TJDFR para as empresas sediadas no Distrito Federal, pois sua abrangência não inclui os demais processos de âmbito nacional.

10.7. Para fins de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: (SE HOVER)**

10.7.1. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme Norma Regulamentadora nº 1, com referência a Norma Regulamentadora nº 9 (Antigo PPRA);

10.7.2. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) de acordo com resolução CEMA 070/09 anexo 5 (Diretrizes do IAT para elaboração e apresentação do PGRS) e acompanhado de ART do responsável técnico, atualizado anualmente e em vigência.

10.8. **Na Assinatura do Contrato:**

10.8.1. CRLV dos veículos;

10.8.2. O veículo não pode ultrapassar o tempo máximo de circulação de 15 (Quinze) anos, a contar do ano de fabricação constatado no CRLV;

10.8.3. Certificado de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP) do motorista habilitado que conduzirá o veículo de transporte dos Resíduos Perigosos;

10.8.4. O motorista habilitado deverá possuir um vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo aceito: Carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou documento similar que comprove o vínculo com a empresa classificada.

10.8.5. Certificado de Inspeção Veicular (CIV) e Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), emitidos por "Organismo de Inspeção Acreditado - Produtos Perigosos", acreditado pelo INMETRO (OIA- PP);

10.8.6. Ficha de Emergência para Transporte de Produtos Perigosos, segundo Normas ABNT vigentes;

10.8.7. Licença ambiental para o transporte de resíduos perigosos.

10.9. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.11. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



10.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.14. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.15. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.16. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.17. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.19. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.20. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.21. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.22. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, quando:

- a) Necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante;
- b) Para apuração de fato já existente à época da abertura do certame; ou
- c) Destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.23.1. Os documentos complementares, em fase de diligências, terão o prazo de envio estabelecido pelo Pregoeiro, via “chat”, estipulando preferencialmente, o prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

10.24. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



10.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.27. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

10.28. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

10.29. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1. Aceita a proposta, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública e o resultado do julgamento será divulgado no sistema.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29.214, de 2023.

12.2. Quando o recurso apresentado for relativo ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser registrada em campo próprio no sistema em até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

12.3. O prazo recursal será contado a partir da divulgação do resultado da etapa de habilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, do julgamento das propostas.

12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.



13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO

13.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.

13.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

13.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

13.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

13.4. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.5. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 16.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

13.7. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 14.4, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante solicitação do contratado e apresentação de nota fiscal referente ao(s) serviço(s) prestado(s) no período devidamente atestados pelo fiscal/gestor de contrato.

14.2. A emissão da nota fiscal e os pagamentos serão efetuados em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

14.3. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.



- 14.4. Deverá discriminar todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.
- 14.5. Para o recebimento do pagamento a CONTRATADA deverá possuir conta corrente jurídica em nome da empresa, com os mesmos dados do contrato/empenho.
- 14.6. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, desde que devidamente executados e recebidos pela fiscalização conforme previsto em contrato.
- 14.7. Os pagamentos a CONTRATADA serão efetuados após observado todas as normas legais vigentes, obrigando-se a mesma, a manter os requisitos exigidos de habilitação no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente contrato/empenho.
- 14.8. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no Anexo I - Termo de Referência, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 14.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 14.10. A fiscalização reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os bens entregues não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas neste Edital.
- 14.11. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.
- 14.12. A Prefeitura de Telêmaco Borba poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital.
- 14.13. A Prefeitura de Telêmaco Borba fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.
- 14.14. Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ da Prefeitura do Município de Telêmaco Borba é 76.170.240/0001-04 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.
- 14.14.1. Em se tratando de contrato/empenho gerado pelo Fundo Municipal de Saúde, para efeito da emissão da Nota Fiscal o número de inscrição no CNPJ é 10.505.434/0001-05 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.
- 14.15. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, o valor devido será atualizado monetariamente através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e acrescido de juros moratórios. A remuneração dos juros moratórios serão os mesmos aplicados a caderneta de poupança. Para apuração destes será considerado o período entre a data de seu vencimento, até a data do efetivo pagamento.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:



- 15.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. Deixar de entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o processo e/ou execução do contrato;
- 15.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra; ou
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.
- 15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. Considera-se inexecução parcial, desde que o objeto ainda seja útil ao contratante:
 - a) o descumprimento de obrigação acessória;
 - b) a entrega em atraso do objeto contratado ou o retardamento da execução;
 - c) o descumprimento de cronograma; ou
 - d) a entrega parcial do objeto contratado em relação à quantidade ou às especificações e condições pré-determinadas.
- 15.3. Considera-se inexecução total:
 - a) o descumprimento da obrigação principal;
 - b) o cumprimento em atraso ou parcial da obrigação principal que a torne inconveniente ou desnecessária para a Administração;
 - c) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em Edital.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 16.1.1. Advertência;
 - 16.1.2. Multa;
 - 16.1.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Telêmaco Borba; e



16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelos licitantes durante o processo licitatório:

16.2.1. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.1.1. De 0,5% do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.1.2. De 10% sobre o valor estimado, em caso de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;

16.2.1.3. De 20% sobre o valor estimado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa;

b) fraude à licitação;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/13.

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) deixar de entregar a documentação exigida: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.7 a 15.1.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) fraudar a licitação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.



e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) para os itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem imposição de penalidade mais grave: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até três anos.

16.2.3.1. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelo contratado:

16.2.4. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, prevista no item 16.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.5. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.5.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

16.2.5.2. Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

a) ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

b) ante ao descumprimento de obrigação trabalhista, previdenciária ou ambiental, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto no contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

16.2.5.3. A multa prevista no item 16.2.5.2, “a” incidirá sobre o valor da parcela, caso o contrato estabeleça o montante relativo à obrigação acessória.

16.2.5.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

16.2.5.4.1. Compensatória, nos seguintes percentuais:

16.2.5.4.1.1. 20% sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

16.2.5.4.1.2. 20% sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



16.2.6. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento pelo período de até dois anos.

b) der causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento pelo período de até três anos.

c) deixar de entregar a documentação exigida pela Administração contratante: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.7 a 15.1.11, deste Contrato, bem como as cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, respeitada a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 3 a 4 anos.

g) der causa à inexecução total do contrato, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 4 a 5 anos.

16.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/21 e no Decreto Municipal nº. 29216/23.

16.4. Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8. Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

16.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

16.12. São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

16.13. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

16.14. Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:

- a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
- b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

16.15. São circunstâncias atenuantes:

- a) a primariedade;
- b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c) a reparação do dano antes do julgamento; e
- d) confessar a autoria da infração.

16.15.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

16.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como



atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.17. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

17.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO III – Minuta de Contrato;

Telêmaco Borba, 26 de maio de 2026.

**Gleise Cristiane Kwas Lucio
Pregoeira**





ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para **Prestação de Serviço Contínuo de Controle de Abastecimento para Frotas, compreendendo os combustíveis óleo diesel S-10 e óleo diesel "B" S-500, com distribuição por meio de caminhão tanque (comboio) da contratada**, para atendimento aos veículos oficiais da prefeitura de Telêmaco Borba, conforme especificações técnicas, quantidades e valores definidos neste Termo de Referência, observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01					
Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
1	Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	LITROS	155.500	R\$ 7,10	R\$ 1.104.050,00
2	Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Galão contendo 20 litros	GALAO	250	R\$ 131,45	R\$ 32.862,50
3	Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	LITROS	220.000	R\$ 6,86	R\$ 1.509.200,00
TOTAL: R\$ 2.646.112,50					

1.2. É imperativo ao licitante observar a descrição completa do serviço conforme este Termo de referência, edital e seus anexos.

1.3. O(s) objeto(s) desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com as diretrizes fixadas no Decreto Municipal nº. 29202, de 2023.

1.4. O(s) objeto(s) desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou instrumento equivalente, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Conforme os valores estabelecidos na tabela 1.1., os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba praticado pela CONTRATANTE menos o desconto homologado na licitação, tendo sempre como limite o preço médio tabelado pela ANP para o Estado do Paraná.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I. ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 a 76170240000104-0-000029/2026
 - II. Data de publicação no PNCP: 24/04/2025
 - III. Id do item no PCA: 781, 1594.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Particularidades dos Objetos:

- 4.1.1. O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida(s) pela AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO - ANP, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado(s) pelo Contratante, conforme o caso.
- 4.1.2. A contratada deverá obedecer às especificações e execução do objeto, levando em consideração a qualidade, quantidade e prazos conforme descrito no termo de referência.
- 4.1.3. Apresentar a critério da Contratante, quando solicitado, os laudos/testes dos combustíveis, sem qualquer ônus para o Município;
- 4.1.4. Os procedimentos detalhados para a realização dos laudos/testes de qualidade dos combustíveis deverão seguir a legislação específica editada pela ANP.
- 4.1.5. Fornecer o combustível dentro das especificações legais e da Portaria nº 309/2001, da Agência Nacional de Petróleo.
- 4.1.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrentes do fornecimento do combustível.
- 4.1.7. Praticar o desconto homologado na licitação sobre o valor aferido da ANP (Agência Nacional de Petróleo) do período.

4.2. Qualificação Técnica:

17.9.1. Para Habilitação:

- 17.9.1.1. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme Norma Regulamentadora nº 1, com referência a Norma Regulamentadora nº 9 (Antigo PPRA);
- 17.9.1.2. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) de acordo com resolução CEMA 070/09 anexo 5 (Diretrizes do IAT para elaboração e apresentação do PGRS) e acompanhado de ART do responsável técnico, atualizado anualmente e em vigência.

17.9.2. Na Assinatura do Contrato:

- 17.9.2.1. CRLV dos veículos;
- 17.9.3. O veículo não pode ultrapassar o tempo máximo de circulação de 15 (Quinze) anos, a contar do ano de fabricação constatado no CRLV;



- 17.9.3.1. Certificado de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP) do motorista habilitado que conduzirá o veículo de transporte dos Resíduos Perigosos;
- 17.9.3.2. O motorista habilitado deverá possuir um vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo aceito: Carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou documento similar que comprove o vínculo com a empresa classificada.
- 17.9.3.3. Certificado de Inspeção Veicular (CIV) e Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), emitidos por "Organismo de Inspeção Acreditado - Produtos Perigosos", acreditado pelo INMETRO (OIA- PP);
- 17.9.3.4. Ficha de Emergência para Transporte de Produtos Perigosos, segundo Normas ABNT vigentes;
- 17.9.3.5. Licença ambiental para o transporte de resíduos perigosos.

4.3. **Sustentabilidade:**

- 4.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023:
- 4.3.2. O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida(s) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Manual do Fabricante, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado(s) pelo Contratante, conforme o caso.
- 4.3.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN nº 01/2010, e legislação correlata, naquilo que couber.
- 4.3.4. Cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010).

4.4. **Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Peculiaridades:

- 5.1.1. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio) contratado seguirá os seguintes critérios:
- 5.1.2. O Caminhão Comboio TRR (Transportador Revendedor Retalhista), deve ser de propriedade da empresa Licitante, não sendo aceito contratação de terceiro para execução dos serviços;
- 5.1.3. O transporte e o abastecimento localmente dos veículos, maquinários e equipamentos do município deve ser feito pelo mesmo veículo apresentado pelo licitante no momento da assinatura do contrato, em caso de o veículos encontrar-se indisponível, a Licitante deverá comunicar o setor requisitante, gestor e fiscal do contrato, e apresentar um veículo de características igual ou superior para realizar os abastecimentos até que o veículo originalmente apresentado na licitação retorne a suas atividades.
- 5.1.4. O caminhão Comboio deverá possuir um tanque único com no mínimo duas divisórias internas para transporte e abastecimento de dois tipos diferente de combustível (BS500 e S10).
- 5.1.5. O Tanque Principal do caminhão Comboio para armazenamento de Diesel utilizado para abastecimento TRR (Transportador Revendedor Retalhista) deve conter no mínimo 2.000



(dois mil) Litros de combustível, sendo dividido em no mínimo 2 (dois) reservatório distintos lacrado (não podendo haver mistura entre os combustíveis) e sendo aceito divisória internas entre combustíveis com capacidade de 250, 500 ou 1000 Litros em cada reservatório interno.

5.1.6. Os pontos fixo de abastecimento são indicados no **ANEXO B**.

5.1.7. Horário de abastecimento das 09h às 18h de segunda a sexta e aos sábados das 09h às 12h.

5.1.8. Caso seja necessário a substituição do(s) veículo(s), ou seja, adquirido um novo veículo(s) no decorrer do certame, seja por limite de tempo de circulação ou fatores diversos (deterioração dos veículos, acidente e etc.), o novo CRLV deverá ser atualizado no certame, realizada nova visita da Comissão de fiscalização e aceite pelo gestor e fiscal

5.2. Comissão de Fiscalização:

5.2.1. Caberá a Comissão de Fiscalização, designados pela Portaria nº. 5355/2023, composta por 02 membros da Divisão de Material e Patrimônio, 01 membro da Oficina Mecânica e 01 Engenheiro Ambiental, efetuar a vistoria nas instalações do licitante classificado na primeira colocação (provisoriamente) para que possa ser homologado pela autoridade superior o resultado final do presente procedimento licitatório.

5.2.2. Será inspecionado as dependências da empresa, e caso possua, o(s) veículo(s) que executaram o serviço, conforme CHECKLIST apresentado no **ANEXO C**.

5.3. Preço Médio por Litro:

5.3.1. O preço por litro de Diesel terá como base o preço médio mensal levantado pela Agencia Nacional do Petróleo – ANP no Estado do Paraná menos o desconto homologado na licitação.

- Preço Médio Mensal ANP – Desconto Homologado = Valor do Faturamento Mensal.

5.4. Do Faturamento:

5.4.1. Para o faturamento, será considerado o desconto obtido durante o processo licitatório sobre o preço médio mensal vigente, fixado pela tabela da ANP no Estado do Paraná;

5.4.2. Após o fechamento mensal da ANP, a contratante irá aferir os preços médios de combustíveis no estado, aplicará o desconto homologado e informará a contratada através de meio eletrônico para que fique ciente do valor unitário a ser faturado.

5.4.3. Caso haja impossibilidade técnica ou indisponibilidade de acesso à página eletrônica da ANP, a CONTRATADA deverá considerar o último preço médio vigente mensal.

5.5. Controle Do Abastecimento:

5.5.1. O CONTRATADO deverá fornecer relatórios mensal detalhado dos abastecimentos dos veículos e maquinários da frota municipal.

5.5.2. Os relatórios deverão:

5.5.3. Identificar o responsável pelos abastecimentos pela contratada;

5.5.4. Identificar o motorista, operador ou responsável pelo veículo municipal;

5.5.5. Identificar os veículos, maquinários ou equipamentos abastecidos (placa e/ou Prefixo);

5.5.6. O horário do abastecimento;

5.5.7. O Hodômetro/Horímetro do momento do abastecimento;

5.5.8. A quantidade em litros;

5.5.9. Tipo de combustível;



5.5.10. Informar valor por litro e valor total do combustível abastecido;

5.6. Apresentação De Laudo/Teste:

5.6.1. Apresentar a critério da CONTRATANTE, quando solicitado, os laudos/testes dos combustíveis adquiridos pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para o Município;

5.6.2. Os procedimentos detalhados para a realização dos laudos/testes de qualidade dos combustíveis deverão seguir a legislação específica editada pela ANP.

5.7. Local, Prazo E Condições De Abastecimento:

5.7.1. Os pontos fixo de abastecimento são indicados no **ANEXO B**.

5.7.2. Os horários para atendimento nos pontos fixos serão agendados previamente junto as secretarias requisitantes.

5.7.3. De segunda a sexta a contratada deverá comparecer no horário agendado em todos os pontos fixos e nos possíveis pontos eventuais de abastecimento conforme solicitação e indicação local e horário da secretaria demandante.

5.7.4. Nos sábados os horários serão previamente agendados.

5.7.5. Administração se obriga a informar os locais e horários onde precisará de abastecimento eventual com no mínimo 12 doze(horas) de antecedência.

5.7.6. Caso não seja mais necessário o abastecimento dos veículos, maquinários ou equipamentos nos pontos indicados pela secretaria requisitante, a mesma, se responsabiliza em informar a contratante no prazo mínimo de 1 (uma) hora de antecedência sobre o cancelamento do abastecimento.

5.7.7. Abastecimento nos pontos fixo deve ter seu atendimento concluído no período de 8h as 10h e no período da tarde das 13:30 as 15h, para evitar atrasos ou descontinuidade da execução dos serviços.

5.8. Condições de Execução/Vigência

5.8.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses.

5.8.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

5.8.3. O objeto da presente contratação caracteriza-se como fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços e aquisições indispensáveis à manutenção das atividades administrativas, decorrentes de necessidades permanentes ou de longa duração, conforme devidamente fundamentado na **Descrição da Necessidade da Contratação** constante do **Estudo Técnico Preliminar**.

5.8.4. Considerando que os preços dos combustíveis serão ajustados mensalmente com base na média divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no âmbito estadual e aplicação de percentual de desconto ofertado pela contratada no certame, não se aplica o reajuste anual previsto para contratos administrativos. Assim, em eventuais prorrogações, haverá apenas a renovação do prazo contratual, mantidas as condições originalmente pactuadas para os Combustíveis (BS500 e S10).

5.8.5. Os valores contratados referente ao **Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32)**, serão reajustados a cada Prorrogação/Renovação, tendo como limite máximo a variação



acumulada dos últimos 12 meses do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com data-base vinculada à data da **Cotação de Preço de Mercado**, devendo ser observado o interregno mínimo de 1(um) ano (Inciso I, § 8º Art. 25 da Lei 14.133/2021).

5.8.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.8.7. Conforme previsto no Art. 106 e 107 da Lei 14.133/21, haverá uma Prorrogação/Renovação do Contrato, através de comprovação de Crédito Orçamentário (Autorização de despesas expressa em valores monetários pela LOA para atender a uma determinada programação orçamentária) e vantajosidade dos valores pagos;

5.9. Obrigações da contratada:

5.9.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos combustíveis, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no termo de referência.

5.9.2. Informar a Contratante o preposto que irá responder por todos os assuntos relacionados a execução do contrato, bem como, no caso de ausência deste, quem representará.

5.9.3. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante;

5.9.4. Informar imediatamente qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite realizar os abastecimentos;

5.9.5. Em caso de falta do combustível, de panes, casos fortuitos ou de força maior, a Contratada deverá providenciar alternativas de abastecimento sem ônus adicionais para o Município, nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após o comunicado de descontinuidade dos serviços, sob pena de sofrer as sanções previstas neste termo de referência e edital de licitação.

5.9.6. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos combustíveis, reservando a Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5.9.7. Se constatado problemas em veículos decorrentes de abastecimento com combustível incompatível com o mesmo ou combustíveis de má qualidade, a Contratada se responsabilizará por todos os custos decorrentes da manutenção corretiva.

5.9.8. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.9.9. Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do fornecimento do combustível que não atenda as especificações.

5.9.10. Quando for o caso, comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.9.11. Responder objetivamente por qualquer dano pessoal ou material decorrente do fornecimento do combustível seja por vício de fabricação, por ação ou omissão de seus funcionários.

5.9.12. Fornecer o combustível dentro das especificações legais e da Portaria nº 309/2001, da Agência Nacional de Petróleo, que estabelece o Regulamento Técnico ANP nº 5/2001, que trata dos combustíveis automotivos, ou regulamentação superveniente que venha a ser expedida pela referida Agência.

5.9.13. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrentes do fornecimento do combustível.



5.9.14. Quando for o caso, assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento do combustível.

5.9.15. Fornecer Mensalmente relatório de abastecimento emitido pelo sistema de abastecimento do posto contendo todas as informações conforme modelo de relatório **ANEXO A** deste Termo de Referência. A Contratada deverá adequar o sistema para obter esse relatório caso necessário.

5.9.16. Praticar o desconto homologado na licitação sobre o valor aferido da ANP (Agência Nacional de Petróleo) do período.

5.9.17. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar Relatório, devidamente anexado à Nota Fiscal/Fatura do mês anterior, constando as ocorrências mensais;

5.10. Obrigações da Contratante:

5.10.1. Exercer a fiscalização dos serviços executados através de servidores designados;

5.10.2. Conferir o relatório de abastecimentos, com a segunda via das ordens de abastecimento.

5.10.3. Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos relatórios e das notas fiscais.

5.10.4. Assegurar-se de que os preços dos combustíveis disponibilizados pela CONTRATADA estão atualizados com o praticado no mercado, através de orçamento quanto for necessário;

5.10.5. Comunicar oficialmente a CONTRATADA qualquer falha ocorrida, consideradas de natureza grave;

5.10.6. Orientar, supervisionar e controlar a Fiscalização; Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas constatadas na execução dos serviços, fixando prazos para as devidas correções.

5.10.7. Conferir, receber e atestar os Relatórios e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) emitidas pela CONTRATADA, em casos de não aceite do relatório ou NF-e, apontando as razões da recusa.

5.10.8. Efetuar o pagamento das faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela CONTRATADA.

5.10.9. Designar um ou mais servidor(es) para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços objeto da contratação.

5.10.10. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho rejeitando no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com o contrato;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



6.3 As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim (E-mail e WhatsApp).

6.4 O fiscal de contrato ou instrumento equivalente poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente o gestor do contrato ou instrumento equivalente poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29203 e 29216, ambos de 2023).

6.7 Cada secretaria nomeará um servidor para realizar a gestão e um servidor para realizar a fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, nomeados GESTOR e FISCAL, em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar nº 29.216/2023 e documentos complementares.

6.8 A indicação dos servidores que trata o item anterior está indicada nos formulários dos requisitantes anexos junto as suas requisições ao compras

6.9 O fiscal do contrato ou instrumento equivalente acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente e neste termo de referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração municipal.

6.10 O fiscal do contrato ou instrumento equivalente anotará no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº. 14.133, de 2021.

6.11 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato ou instrumento equivalente emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

6.12 O fiscal do contrato ou instrumento equivalente informará ao gestor do contrato ou instrumento equivalente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas apazadas, o fiscal do contrato ou instrumento equivalente comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou instrumento equivalente.

6.14 O gestor do contrato ou instrumento equivalente coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



necessidade de adequações do contrato ou instrumento equivalente para fins de atendimento da finalidade da Administração municipal.

6.15 O gestor do contrato ou instrumento equivalente acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou instrumento equivalente, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16 O gestor do contrato ou instrumento equivalente emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17 O gestor do contrato ou instrumento equivalente tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

6.18 O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Para os abastecimentos nos pontos fixos por meio de caminhão tanque (comboio) da Contratada, serão utilizados: Óleo Diesel S-10 e Óleo Diesel "B" S-500. O abastecimento será realizado diretamente nos veículos e máquinas nos pontos indicados no **ANEXO B**, mediante ordem de abastecimento emitida pelo sistema da Contratante em duas vias, onde deverá contemplar o abastecimento completo do tanque.

7.1.2. Com base nas ordens de abastecimento efetivadas, a Contratada deverá emitir relatório conforme modelo Anexo A deste Termo de Referência e encaminhar para o setor responsável para conferência.

7.1.3. O relatório poderá ser solicitado a qualquer momento a critério da Administração e deverá ser emitido de forma sistêmica para conferência para fins de faturamento ou controles e auditorias que se fizerem necessárias.

7.1.4. Caso o relatório apresente erros o mesmo deverá ser refeito imediatamente para que seja realizada a conferência e posteriormente o faturamento. O não cumprimento ou reincidência destes erros no relatório incidirá em penalização da Contratada.

7.1.5. A nota fiscal deverá ser emitida mensalmente conforme relatório conferido e aprovado pelo setor responsável. O período para faturamento poderá ser inferior a 30 dias quando solicitado pela Contratante.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 07 (sete) dias úteis para fins de liquidação.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;



- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato ou instrumento equivalente e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato ou instrumento equivalente;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consultas aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.3. Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4. Forma de Pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.646.112,50 (Dois milhões, seiscentos e quarenta e seis mil cento e doze reais e cinquenta centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

8.2 Particularidade Valor para Contratação:

8.2.1. Os preços dos combustíveis (Diesel BS-500 e Diesel S-10) cobrados pela CONTRATADA, para pagamento serão os preços da ANP do mês vigente, sendo descontado o valor da porcentagem de desconto oferecido durante a disputa do certame.



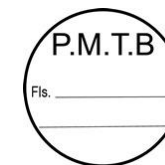
9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Administração.

9.2 As dotações orçamentárias de cada secretaria estão indicadas nos formulários dos requisitantes anexos junto as suas requisições ao compras.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





ANEXO A
MODELO DE RELATÓRIO

Data	Hora	Cupom	Ordem de Abastecimento	Placa	Prefixo	KM	Secretaria	Combustível	Quant.	Valor (L)	TOTAL (R\$)



ANEXO B
ITINERÁRIO DO CAMINHÃO TANQUE (COMBOIO)

PONTOS FIXOS	
SETORES	ENDEREÇO:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	R. PRUDENTE DE MORAIS, 109 - ALTO DAS OLIVEIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R. MONTE ALEGRE, 32-162 - CENTRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	R. GOIÁS, 57 - MACOPA
COOPERATIVA DE RECICLAGEM	PR-340, ESTRADA DA CAMPINA, S/N DISTRITO INDUSTRIAL
ATERRO SANITÁRIO	PR-340, ESTRADA DA CAMPINA
CEMITÉRIO JARDIM DA SAUDE	JARDIM BANDEIRANTES

PONTOS EVENTUAIS	
SETORES	BAIRROS:
SETOR SUL	JARDIM MONTE CARLO, AREA IV, AREA X, SOCOMIM, VILA SIQUEIRA, JARDIM UNIÃO, ALTO DAS OLIVEIRAS, JARDIM EUROPA, JARDIM MONTE ALEGRE, CONJUNTO TIBAGI, JARDIM KROLL, JARDIM BONA VILA, SÃO FRANCISCO I E II, JARDIM ARGENTINA, JARDIM SÃO FELIX, JARDIM SÃO RAFAEL, RIO ALEGRE I E II, ANA MERY, SÃO JORGE, MACOPA, JARDIM BRASÍLIA, JARDIM MARGARIDA, VILA SÃO JOSÉ, SANTA RITA, SÃO LUIZ, CEM CASAS (NOSSA SENHORA DE FÁTIMA), SÃO ROQUE, VILA CARRERA, BELA VISTA, MONTE BELO, BOM JESUS, VILA SÃO VICENTE DE PAULA, BNH(NOSSA SENHORA PERPÉTUO SOCORRO), SÃO ROQUE, SANTA RITA, MARINHA, JARDIM UNIÃO.
SETOR NORTE	AREA I, JARDIM FLORESTAL, JARDIM ALEGRE, MONTE SINAI I E II, JARDIM ALVORADA, VILA GOMES, VILA ESPERANÇA, VILA CRISTINA, VILA ROSA, JARDIM ADRIANE, CASA BELLA, ALTO DAS ARAUCÁRIAS, OURO VERDE, VILA OSÓRIO, AREA II, AREA III, AREA VI, VILA IZABEL, SÃO JOÃO, SÃO SILVESTRE, AREA VII, DISTRITO INDUSTRIAL, TRIANGULO, VILA RURAL, JARDIM BANDEIRANTES, VILA ESPERANÇA, MARGENS RODOVIA PAPEL.



ANEXO C

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Em cumprimento às exigências estabelecidas no edital de licitação na modalidade de Serviço Contínuo, a Comissão designada pela Portaria 5355 de 15/02/2023, procede na data de ____ de _____ de 20__ a vistoria das instalações da empresa participante do certame licitatório, conforme segue.

1. OBJETO

Serviço Contínuo de Controle de Abastecimento para Frotas, compreendendo os combustíveis óleo diesel S-10 e óleo diesel "B" S-500, com distribuição por meio de caminhão tanque (comboio) da contratada.

2. SOLICITANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA, situada a Praça Dr. Horácio Klabin, 37, centro, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

3. EMPRESA VISITADA

_____, situada a _____, _____ – Centro, na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

4. OBJETO DA AVALIAÇÃO

Instalações físicas, Armazenamento, Transporte e Qualidade mínimas para dar suporte ao atendimento operacional para atender os itens deste certame conforme descrito no termo de referência na modalidade de pregão eletrônico.

Empresa _____,			
Responsável: _____			
Data da visita: ____/____/20____			
Horário da visita: ____:____ horas			
Documentos da empresa	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Alvará de funcionamento da prefeitura			
OBS.: Critérios Obrigatórios			
Documentos da frota (caminhões-tanque)	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
CRLV dos veículos (O veículo não pode ultrapassar o tempo máximo de circulação de 15 (quinze) anos, a contar do ano de fabricação constatado no CRLV)			
Certificado de inspeção veicular (INMETRO)			
Licença para transporte de produtos perigosos			
Curso MOPP dos motoristas			
Seguro obrigatório (RCTR-C e ambiental, dependendo do caso)			
OBS.: Caso a empresa já possua veículos adquiridos destinado a esse certame			
Licenciamento ambiental	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Licença de Instalação (LI)			
Licença de Operação (LO)			
Plano de controle ambiental (PCA) ou equivalente			
OBS.: Critérios Obrigatórios			
Segurança e Corpo de Bombeiros	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)			
OBS.: Critérios Obrigatórios			



Estrutura Operacional	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Certificado do tanque de armazenamento			
Sistema de medição e controle de estoque			
OBS.: Critérios Obrigatórios			
Documentos Complementares	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Cadastro técnico federal no IBAMA			
Registro na ANTT (para transporte de cargas perigosas)			
OBS.: Critérios Obrigatórios			

RELATÓRIO CONCLUSIVO

Nome da Empresa: _____

Data: ____/____/____

Hora da visita: _____

Responsável: _____

Assinatura dos membros nomeados pela Portaria:

TELEMÁCO BORBA



APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento consiste em Estudo Técnico Preliminar – ETP, da etapa de planejamento da contratação, que servirá para avaliar a viabilidade de contratação de serviços e embasar o termo de referência, conforme disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.

1.2. Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivos:

- a) Identificar a necessidade da área demandante;
- b) Comparar soluções disponíveis no mercado (vantagens e desvantagens);
- c) Atestar a viabilidade e exequibilidade técnica, econômica, financeira e ambiental da pretensão contratual;
- d) Preparar informações para a elaboração do termo de referência

1.3. A seguir o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para este ETP, nos termos do Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Verifica-se a necessidade permanente de aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento da frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município, em razão da imprescindibilidade dos deslocamentos e operações vinculadas à execução dos serviços públicos, tanto de caráter contínuo quanto eventual. Tais atividades abrangem, entre outras, o transporte escolar, o transporte de pacientes e a execução de serviços operacionais em campo, constituindo-se como essenciais ao regular funcionamento da Administração Pública e ao atendimento do interesse coletivo.

2.2. Considerando a natureza operacional de parte significativa da frota municipal, composta por veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados em frentes de trabalho descentralizadas, muitas vezes localizadas em áreas afastadas da zona urbana, evidencia-se a necessidade de adoção de solução logística eficiente que garanta o abastecimento in loco, por meio de caminhão tanque (comboio).

2.3. A adoção do modelo de abastecimento por caminhão comboio mostra-se necessária, ainda, em razão das limitações estruturais atualmente enfrentadas pelo Município, tendo em vista que o município não possui mais um caminhão tanque próprio, visto que nosso veículo se encontrava deteriorado pelo tempo de uso, apresentando recorrentes necessidades de manutenção, além de possuir capacidade operacional restrita, com compartimento destinado a apenas um tipo de combustível (Óleo Diesel S-500), o que não atendia plenamente à demanda atual da frota, que utiliza combustíveis Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10, criando uma carência e alta nos custos logísticos e longa demanda de tempo para atender todos os pontos de necessidade presente no município.

2.4. Ademais, a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis com distribuição por meio de caminhão comboio próprio permitirá a redução da circulação de veículos pesados no perímetro urbano, contribuindo para a diminuição de custos operacionais, desgaste da frota, riscos de acidentes e impactos na mobilidade urbana, além de viabilizar o abastecimento de máquinas e equipamentos que, por sua natureza, não possuem condições de deslocamento até postos fixos, considerando a demanda de serem carregados e transportado em cima de caminhões prancha, o que ocasionaria gastos desnecessários diariamente e atrasos para os abastecimento.

2.5. O modelo proposto possibilita, ainda, maior controle, rastreabilidade e padronização dos registros de abastecimento, permitindo à Administração Pública aprimorar os mecanismos de fiscalização e gestão da frota, mediante a exigência de relatórios detalhados e sistemas de controle por parte da empresa contratada.

2.6. Nos termos dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 14.133/2021, é dever da Administração assegurar a plena operacionalidade de sua frota, garantindo condições adequadas de



uso, segurança e funcionamento, como instrumento indispensável à prestação regular e ininterrupta dos serviços públicos.

2.7. A eventual interrupção no fornecimento de combustível, ainda que por curto período, caracteriza risco concreto à continuidade dos serviços públicos essenciais, ocasionando prejuízos diretos à Administração e à população, especialmente no que se refere ao transporte de pacientes e atrasos e interrupção da execução de obras públicas e melhoria da estrutura municipal, podendo, inclusive.

2.8. Registra-se, por oportuno, que já foram realizadas tentativas anteriores de contratação do objeto (Pregões Eletrônicos nº 22/2023, 48/2023, 106/2023, 274/2023 e 74/2024), as quais restaram fracassadas e para impedir a descontinuidade dos serviços a administração obrigou-se a realizar um contratação através de dispensa de licitação, evidenciando a necessidade de reestruturação da estratégia de contratação, de modo a viabilizar solução adequada e compatível com a realidade operacional do Município.

2.9. Diante desse cenário, resta plenamente caracterizada a natureza contínua da demanda, uma vez que o abastecimento de combustíveis constitui requisito indispensável e permanente para a execução das atividades administrativas e operacionais do Município, não podendo sofrer interrupções. Assim, justifica-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de combustíveis, com distribuição por meio de caminhão tanque (comboio), garantindo regularidade, eficiência logística e atendimento integral às necessidades da Administração Pública.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 A necessidade descrita na cláusula primeira deste ETP está prevista no ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 à 76170240000104-0-000029/2026 do Plano de Contratações Anual do exercício de 2026.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Alternativa 1 – Abastecimento Em Postos Fixos

4.1.1. Análise e Operacional:

4.1.1.1. O modelo de abastecimento em postos fixos é amplamente utilizado na Administração Pública, especialmente para frotas leves e administrativas. Contudo, sua aplicação mostra-se limitada quando considerada a realidade operacional do Município, marcada pela utilização intensiva de máquinas pesadas e equipamentos em frentes de trabalho descentralizadas.

4.1.1.2. A necessidade de deslocamento até os postos implica interrupção das atividades operacionais, redução da produtividade das equipes e aumento do tempo ocioso dos equipamentos.

4.1.2. Análise Logística:

4.1.2.1. A logística associada a este modelo é desfavorável, uma vez que exige planejamento constante de deslocamentos, muitas vezes em longas distâncias, além de gerar concentração de veículos em áreas urbanas.

4.1.2.2. No caso de máquinas não autopropelidas, torna-se necessário o uso de caminhões prancha para transporte, elevando significativamente o custo e a complexidade operacional.

4.1.3. Análise Econômica (Custos Diretos e Indiretos):

4.1.3.1. Embora o preço unitário do combustível possa ser competitivo, os custos indiretos são elevados, incluindo:

4.1.3.1.1. consumo adicional de combustível nos deslocamentos;

4.1.3.1.2. aumento do desgaste da frota;

4.1.3.1.3. custos com transporte de máquinas;

4.1.3.1.4. perda de produtividade das equipes.

4.1.3.1.5. Tais fatores comprometem a vantajosidade global da solução.

4.1.4. Análise de Risco:



4.1.4.1. Há maior exposição a riscos de:

4.1.4.1.1. atrasos operacionais;

4.1.4.1.2. descontinuidade indireta dos serviços;

4.1.4.1.3. aumento de custos não previstos;

4.1.4.1.4. dificuldade de controle efetivo dos abastecimentos em campo.

4.1.5. Trata-se de solução adequada apenas para parte da frota (veículos leves, utilitários e alguns veículos pesados - Ônibus), sendo insuficiente para atendimento integral da demanda municipal.

4.2. Alternativa 2 – Abastecimento Por Caminhão Comboio (In Loco)

4.2.1. Análise e Operacional:

4.2.1.1. O abastecimento por caminhão comboio apresenta elevada aderência à realidade operacional do Município, permitindo atendimento direto às frentes de trabalho, sem interrupção das atividades.

4.2.1.2. A solução é especialmente adequada para:

4.2.1.2.1. máquinas pesadas;

4.2.1.2.2. equipamentos de baixa mobilidade;

4.2.1.2.3. operações em áreas rurais ou afastadas;

4.2.1.2.4. serviços contínuos de manutenção urbana e infraestrutura.

4.2.2. Análise Logística:

4.2.2.1. Sob o ponto de vista logístico, trata-se da solução mais eficiente, pois elimina deslocamentos desnecessários, reduz o tempo improdutivo e permite planejamento otimizado de rotas de abastecimento.

4.2.2.2. Além disso, contribui para:

4.2.2.2.1. descentralização do abastecimento;

4.2.2.2.2. redução da circulação de veículos pesados em áreas urbanas;

4.2.2.2.3. maior previsibilidade operacional.

4.2.3. Análise Econômica (Visão Sistêmica):

4.2.3.1. Embora possa apresentar custo unitário ligeiramente superior em alguns cenários, a análise global demonstra maior economicidade, em razão da significativa redução dos custos indiretos, tais como:

4.2.3.1.1. eliminação de deslocamentos improdutivos;

4.2.3.1.2. redução do consumo desnecessário de combustível;

4.2.3.1.3. menor desgaste da frota;

4.2.3.1.4. eliminação de custos com transporte de máquinas por prancha;

4.2.3.1.5. aumento da produtividade das equipes.

4.2.4. Análise de Controle e Governança:

4.2.4.1. Este modelo favorece maior controle da Administração, especialmente quando associado a:

4.2.4.1.1. sistemas informatizados de gestão de abastecimento;

4.2.4.1.2. rastreabilidade por equipamento/veículo;

4.2.4.1.3. relatórios em tempo real;

4.2.4.1.4. padronização dos procedimentos.

4.2.5. Análise de Risco:

4.2.5.1. Os riscos existentes concentram-se na execução contratual, podendo ser mitigados mediante:

4.2.5.1.1. exigência de capacidade técnica da contratada;

4.2.5.1.2. definição de níveis de serviço (SLA);

4.2.5.1.3. fiscalização efetiva;



4.2.5.1.4. previsão de sanções contratuais.

4.2.6. Configura-se como a solução mais eficiente, econômica sob a ótica global e tecnicamente adequada, atendendo plenamente à natureza contínua da demanda e às especificidades da frota municipal.

4.3. Alternativa 3 – Aquisição De Novo Caminhão Comboio

4.3.1. Aquisição de novo veículo equipado para transporte e abastecimento de combustíveis.

4.3.2. Custos e requisitos envolvidos:

4.3.2.1. Investimento inicial elevado para aquisição do veículo;

4.3.2.2. Custos contínuos com manutenção preventiva e corretiva;

4.3.2.3. Serviços de lubrificação e reposição de insumos;

4.3.2.4. Contratação de empresa especializada para manutenção dos implementos;

4.3.2.5. Custos com licenciamento e autorizações legais;

4.3.2.6. Necessidade de equipe (motorista e operador);

4.3.2.7. Gestão administrativa e operacional do ativo.

4.3.3. Análise:

4.3.3.1. Solução eficiente sob o ponto de vista operacional, porém exige estrutura administrativa e técnica para gestão contínua.

4.3.4. Análise Econômica:

4.3.4.1. Alto custo de investimento inicial (CAPEX), somado a custos permanentes (OPEX), podendo comprometer a vantajosidade da solução, especialmente considerando restrições orçamentárias.

4.3.5. Análise de Risco:

4.3.5.1. Risco de ociosidade do equipamento;

4.3.5.2. Custos fixos independentemente da demanda;

4.3.5.3. Dependência de manutenção contínua;

4.3.5.4. Necessidade de gestão especializada.

4.3.6. Pode ser considerado uma alternativa viável, porém, com elevado impacto orçamentário e maior complexidade de gestão, sendo menos vantajosa quando comparada a soluções terceirizadas.

4.4. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

4.4.1. Após avaliação técnica, operacional, logística e econômica das alternativas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento contínuo de combustíveis com distribuição por caminhão tanque (comboio) constitui a solução mais vantajosa para a Administração Pública, por:

4.4.1.1. atender integralmente à demanda operacional;

4.4.1.2. garantir a continuidade dos serviços públicos;

4.4.1.3. reduzir custos indiretos e operacionais;

4.4.1.4. eliminar a necessidade de investimentos elevados;

4.4.1.5. proporcionar maior controle e eficiência na gestão da frota.

4.4.2. Dessa forma, a solução proposta encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, justificando sua adoção como modelo a ser implementado.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO/SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Conforme justificado na cláusula quarta, deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução eleita apresenta as seguintes especificações:



5.1.1. Trata-se de um serviço de natureza comum, pois após ampla pesquisa realizada no mercado, constatou-se que as especificações e características disponíveis são homogêneas, havendo, portanto, padronização, justificando-se a adoção do pregão, no formato eletrônico.

5.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, segundo os parâmetros definidos no Decreto nº. 29202 de 2023, uma vez que as especificações são apenas as necessárias para atendimento das necessidades usuais do Município.

5.1.3. A solução que se propõe para atender a frota desta Municipalidade é a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Abastecimento por Caminhão Comboio (In Loco)** na modalidade **Pregão Eletrônico - Serviço Continuo** para prestação de abastecimentos em veículos e maquinário que executam trabalho em campo com caminhão adaptado para comboio próprio e através de proposta de maior percentual de desconto sobre o valor da ANP a fim de garantir a competitividade do certame.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme levantamento da utilização dos objetos dessa contratação obtidos através da atual Prestação de Serviço de Abastecimento por Comboio para a frota municipal e ajustes nas quantidades e encaminhado ao setor de compras, conseguimos estabelecer as quantidades a seguir:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE
39457 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	155.500
39458 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	220.000
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Galão 20 Litros.	250

6.2. Os quantitativos indicados na tabela a cima são meramente estimados e foram definidos com base no histórico de contratações anteriores e projeção de novas demandas, não obrigando, porém, a utilização integral dos saldos aqui estabelecidos.

6.3. O cálculo da quantidade estimada de combustível teve por base a quantidade utilizada no exercício de 2025, e foi considerado o acréscimo da frota de veículos para 2026.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Segue estimativa de preços obtidos na pesquisa de mercado:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	VALOR
39457 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	155.500	R\$ 7,10
39458 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	220.000	R\$ 6,86
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta	250	R\$ 131,45



pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Galão 20 Litros.

7.2. O preço dos combustíveis foi previamente levantado por meio de pesquisa pelo portal da Agência Nacional de Petróleo – ANP referente ao **PREÇO MÉDIO** do mês fevereiro de 2026, considerando o preço médio praticado no estado do Paraná.

7.3. Os Objetos a serem adquiridos seguirão as especificações apresentadas no Termo de Referência. O preço aplicado nessa planilha foi estipulado de acordo com os valores do mercado, garantindo a transparência e a conformidade com os padrões estabelecidos para a aquisição a cima citados.

7.4. A despesa total estimada da contratação é de R\$ 2.646.112,50 (Dois milhões, seiscentos e quarenta e seis mil cento e doze reais e cinquenta centavos), conforme apresentado na Tabela a cima.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em Lote Único, sendo este:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE
39457 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	155.500
39458 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	220.000
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Galão 20 Litros.	250

8.2. Consultando-se o mercado, infere-se que os itens que compõem cada lote são fornecidos pelas mesmas empresas do segmento, de sorte que o agrupamento de itens em lotes não acarretará restrição à competitividade;

8.3. O agrupamento de itens em lote justifica-se, também, pelas seguintes razões:

8.4. O objeto da licitação é único e específico, envolvendo a contratação de uma empresa para gerenciar todo o processo de fornecimento de combustíveis.

8.5. A divisão desse serviço entre diferentes empresas não é viável, pois poderia comprometer a eficiência operacional e financeira da solução como um todo.

8.6. Considerando que a contratação consiste além do fornecimento de combustível propriamente dito, como também o transporte e abastecimento em Loco através de caminhão comboio fornecido pela empresa licitante que participara do certame.

8.7. Considerando a especificidade do objeto, entendemos que não cabe o seu parcelamento. O objetivo é contratar uma única empresa, a qual será responsável pela gestão do fornecimento de combustíveis, não havendo prejuízo operacional e financeiro para o conjunto da solução, e nem restrição ao caráter competitivo da licitação. Vale destacar que há no mercado várias empresas consegue fornecer o serviço de gerenciamento, transporte e abastecimento de veículos em Loco.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



9.1. Para suprir a necessidade do município referente aos abastecimentos In Loco de máquina, caminhões e equipamentos, requisitamos que o licitante possua caminhão tanque (comboio) com capacidade de transporte para ambos os combustíveis, sendo necessário sua disponibilidade a partir da assinatura do contrato ou documento equivalente, facilitando a logística para abastecimento dos veículos do município.

9.2. Apresentar a critério da Contratante, quando solicitado, os laudos/testes dos combustíveis, sem qualquer ônus para o Município;

9.3. Os procedimentos detalhados para a realização dos laudos/testes de qualidade dos combustíveis deverão seguir a legislação específica editada pela ANP.

9.4. Fornecer o combustível dentro das especificações legais e da Portaria nº 309/2001 ou outras portarias que venham a substituí-la, da Agência Nacional de Petróleo,

9.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrentes do fornecimento do combustível.

9.6. Praticar o desconto homologado na licitação sobre o valor aferido da ANP (Agência Nacional de Petróleo) do período.

9.7. Certificado de Inspeção Veicular (CIV) e Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), emitidos por "Organismo de Inspeção Acreditado - Produtos Perigosos", acreditado pelo INMETRO (OIA- PP);

9.8. Ficha de Emergência para Transporte de Produtos Perigosos, segundo Normas ABNT vigentes;

9.9. Certificado de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP) do motorista habilitado que conduzirá o veículo de transporte dos Resíduos Perigosos;

9.10. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR 9;

9.11. Licença ambiental para o transporte de resíduos perigosos;

9.12. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) de acordo com resolução CEMA 070/09 anexo 5 (Diretrizes do IAT para elaboração e apresentação do PGRS) e acompanhado de ART do responsável técnico, atualizado anualmente e em vigência.

10. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES E/OU CORRELATAS

10.1. No momento da criação deste Estudo técnico Preliminar, existe uma contratação vigente que se caracteriza como correlata a essa:

10.2. P.E: 67 /2024 - Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento e controle da frota, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID ou NFC (ou similar).

10.3. Ambas as contratações são complementares uma a outra considerando que ambas são para fornecimento e gerenciamento de abastecimento de combustíveis, sendo diferenciadas pela sua execução e peculiaridades conforme apresentado nos seus respectivos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Suprir os veículos e equipamentos com combustível, objetivando condições adequadas de utilização e conservação, garantindo economicidade e eficiência nos processos relacionados a frota da instituição, sem a perda da eficiência;

11.2. Com a contratação do comboio a Administração pretende também diminuir a circulação de veículos pesados no perímetro urbano, além de máquinas pesadas que não podem se deslocar até o posto.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

12.1. A Prefeitura Municipal de Telemaco Borba disponibilizará um cronograma de abastecimento e rotas a serem realizadas, será apresentado em anexo ao termo de referência.



13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Conforme Despacho SETASA id. 0441924, foram sugeridos os seguintes critérios de sustentabilidade, os quais serão incluídos no termo de referência:

13.2. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar a este órgão em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas à comercialização dos produtos e/ou serviços prestados;

13.3. A CONTRATADA deverá garantir que as atividades de armazenamento, manuseio, transporte e transbordo do combustível.

13.4. Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

13.5. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1. A contratação em questão possui natureza de fornecimento contínuo, uma vez que se destina ao atendimento de necessidades públicas permanentes e indispensáveis ao funcionamento da Administração, cuja interrupção compromete a execução das atividades finalísticas. Nos termos da doutrina e da jurisprudência administrativa, a continuidade está diretamente relacionada à permanência da necessidade pública, e não apenas à forma da prestação.

14.2. Nesse sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a caracterização de serviços ou fornecimentos contínuos decorre da essencialidade da contratação para a manutenção das atividades administrativas e do interesse público, devendo ser analisada conforme o caso.

14.3. Ainda conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, a adoção de soluções contratuais estáveis para atendimento de necessidades permanentes visa evitar a interrupção da prestação dos serviços e assegurar maior eficiência administrativa, sendo legítima a contratação continuada quando houver padrão de demanda previsível e indispensabilidade.

14.4. Ressalta-se, por fim, que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, os fornecimentos contínuos são aqueles destinados à manutenção da atividade administrativa decorrente de necessidades permanentes, devendo ser assegurada sua execução sem solução de continuidade, sob pena de comprometimento da eficiência, da economicidade e da própria prestação do serviço público.

14.5. Conforme levantamento de mercado indicado na cláusula quarta deste Estudo Técnico Preliminar, é possível concluir que a solução mais viável, sob os aspectos técnicos, econômicos é a Contratação de Empresa Especializada no Abastecimento de Combustível através de caminhão tanque (Comboio), (com valores estipulado por litro através da ANP Agência Nacional de Petróleo).



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº ____/____

Empresa:

Denominação social:

Inscrição estadual ou municipal:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nº do Banco:

Banco:

Agência:

Conta Corrente (com dígito):

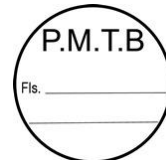
Validade da proposta: 90 dias

LOTE 01				
Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Percentual de Desconto (%)
1	Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	LITROS	155.500	
2	Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Galão contendo 20 litros	GALAO	250	
3	Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	LITROS	220.000	

ATENÇÃO: A fase de lances se dará pelo desconto em cada item que compõe o lote, onde o desconto proposto para o óleo diesel será aplicado sobre o valor médio da ANP, e o desconto do Arla 32 incidirá sobre o valor estimado em edital do galão de 20 litros. Percentual de desconto unitário, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

Local e data

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)



ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ____/2026
N° ____/2026
PROTOCOLO N° ____/2026

PUBLICADO

Edição nº: _____

Data: ____/____/____ Pág. ____
Boletim Oficial do Município de Telêmaco Borba-PR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE OUTRO LADO _____, CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **RITA MARA DE PAULA ARAÚJO**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora do Registro de Identidade Civil n.º 30677250 SSP-PR e do CPF/MF n.º 514.049.159-15, residente e domiciliada nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com endereço na _____, nº _____, CEP: _____, neste ato representada por _____, _____, residente e domiciliado na cidade de _____, _____, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. **Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Contínuo de Controle de Abastecimento para Frotas, compreendendo os combustíveis óleo diesel S-10 e óleo diesel "B" S-500, com distribuição por meio de caminhão tanque (comboio) da contratada**, conforme especificações, quantidades e valores descritos na Requisição ao Compras em anexo e descrição abaixo, nas condições estabelecidas nesse documento e conforme termo de referência.

1.2. **Objeto da contratação:**

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR
39457 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	155.500	Litro	R\$ 7,10
39458 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP. Abastecimento por meio de caminhão tanque (comboio).	220.000	Litro	R\$ 6,86
8076 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Galão 20 Litros.	250	Galão	R\$ 131,45



TOTAL ESTIMATIVO:		R\$ 2.646.112,50
-------------------	--	---------------------

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. Processo Licitatório;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso;

2.2. O prazo de execução da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços ora contratados deverão ser executados em conformidade às disposições contidas no Edital, Termo de Referência, Anexos e orientações da Secretaria Municipal;

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 29.216, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples Apostila;

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29.203 e 29.216, ambos de 2023);

4.4. A fiscalização e gestão da contratação deste Processo, ficarão a cargo de:

4.5. **Fiscal do Contrato:** _____, matrícula _____ ;

4.6. **Gestor do Contrato:** _____, matrícula _____ ;

4.7. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

4.8. O Fiscal deverá acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

4.9. O fiscal de contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

4.10. Cabe ao Fiscal do Contrato manter o Gestor formalmente ciente sobre qualquer ocorrência, falha operacional ou irregularidade que possa gerar impacto ambiental ou comprometer a responsabilidade técnica do município perante os órgãos fiscalizadores;

4.11. O fiscal, ou o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

4.12. O Fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº. 14.133, de 2021;

4.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção;

4.14. O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

4.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o Fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do contrato;



4.16.O Fiscal do contrato comunicará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual quando cabível;

4.17.O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

4.18.Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

4.19.Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente o gestor do contrato ou instrumento equivalente poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

4.20.O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento do contrato com todos os registros formais da execução, tais como autorizações de fornecimento, notas de empenho, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório periódico com vistas a verificar a necessidade de adequações para o pleno atendimento da finalidade da Administração Municipal;

4.21.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

4.22.O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

4.23.O gestor tomará providências para solicitar a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023;

4.24.O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.25.O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – VALOR

6.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SETIMA – CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

Sustentabilidade

7.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023;

7.2. O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida(s) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Manual do Fabricante, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado(s) pelo Contratante, conforme o caso;



- 7.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN nº 01/2010, e legislação correlata, naquilo que couber;
- 7.4. Cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010).

Particularidades dos Objetos

- 7.5. O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida(s) pela AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO - ANP, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado(s) pelo Contratante, conforme o caso;
- 7.6. A contratada deverá obedecer às especificações e execução do objeto, levando em consideração a qualidade, quantidade e prazos conforme descrito no termo de referência;
- 7.7. Apresentar a critério da Contratante, quando solicitado, os laudos/testes dos combustíveis, sem qualquer ônus para o Município;
- 7.8. Os procedimentos detalhados para a realização dos laudos/testes de qualidade dos combustíveis deverão seguir a legislação específica editada pela ANP;
- 7.9. Fornecer o combustível dentro das especificações legais e da Portaria nº 309/2001, da Agência Nacional de Petróleo;
- 7.10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrentes do fornecimento do combustível;
- 7.11. Praticar o desconto homologado na licitação sobre o valor aferido da ANP (Agência Nacional de Petróleo) do período.

CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
 - b) Data da emissão;
 - c) Dados do empenho e do órgão contratante;
 - d) Período respectivo de execução;
 - e) Valor a pagar.
 - f) Informações idênticas das contidas na nota de Empenho;
 - g) Tributos incidentes;
- 8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Recebimento do Objeto

- 8.5. Para os abastecimentos nos pontos fixos por meio de caminhão tanque (comboio) da Contratada, serão utilizados: Óleo Diesel S-10 e Óleo Diesel “B” S-500. O abastecimento será realizado diretamente nos veículos e máquinas nos pontos indicados no **Anexo B do Termo de Referência**, mediante ordem de abastecimento emitida pelo sistema da Contratante em duas vias, onde deverá contemplar o abastecimento completo do tanque.
- 8.6. Com base nas ordens de abastecimento efetivadas, a Contratada deverá emitir relatório conforme modelo Anexo A deste Termo de Referência e encaminhar para o setor responsável para conferência.
- 8.7. O relatório poderá ser solicitado a qualquer momento a critério da Administração e deverá ser emitido de forma sistêmica para conferência para fins de faturamento ou controles e auditorias que se fizerem necessárias.
- 8.8. Caso o relatório apresente erros o mesmo deverá ser refeito imediatamente para que seja realizada a conferência e posteriormente o faturamento. O não cumprimento ou reincidência destes erros no relatório incidirá em penalização da Contratada.
- 8.9. A nota fiscal deverá ser emitida mensalmente conforme relatório conferido e aprovado pelo setor responsável. O período para faturamento poderá ser inferior a 30 dias quando solicitado pela Contratante.



Prazo de pagamento

8.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

8.11. Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato;

8.12. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.15. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores designados;
9.2. Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos serviços.

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

9.4. Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade na prestação do serviço em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

9.5. 5.10.6. Orientar, supervisionar e controlar a Fiscalização; Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas constatadas na execução dos serviços, fixando prazos para as devidas correções;

9.6. Efetuar o pagamento em até 15 dias após o recebimento da Nota Fiscal e Relatório de atividades.

9.7. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

9.8. Comunicar à contratada o não-recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência ou na proposta apresentada;

9.9. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas, garantindo o acesso às áreas públicas listadas no cronograma;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. A Contratada obriga-se a executar o objeto em estrita conformidade com as normas, especificações e prazos estabelecidos neste Contrato, no Edital de Licitação e em seus anexos, mantendo, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2. A Contratada obriga-se a fornecer combustíveis em estrita observância à legislação vigente, às exigências do Termo de Referência e às normas técnicas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em especial a Portaria nº 309/2001, que estabelece o Regulamento Técnico ANP nº 5/2001, que trata dos combustíveis automotivos, ou regulamentação superveniente que venha a ser expedida pela referida Agência, praticando obrigatoriamente o desconto homologado na licitação sobre o valor aferido da ANP (Agência Nacional de Petróleo) do período aferido no período;

10.3. A Contratada deverá indicar o preposto responsável por todos os assuntos relacionados à execução do contrato, bem como o seu substituto, disponibilizando números de telefone (fixo e móvel) e endereço eletrônico que garantam contato imediato entre as partes;

10.4. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante;



10.5. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade ou motivo impeditivo que impossibilite ou dificulte o fornecimento; em caso de interrupção por falta de combustível, panes ou força maior, a Contratada deverá providenciar alternativas de abastecimento sem ônus adicionais para o Município, mantendo as condições acordadas e observando o prazo máximo de até 02 (duas) horas após a comunicação, sob pena de sanções;

10.6. A Contratada assume integral responsabilidade pela garantia e qualidade do combustível, que deverá atender estritamente às especificações técnicas; caso o produto seja recusado pela Contratante por não satisfazer aos padrões, ou caso sejam constatados danos em veículos decorrentes de combustível incompatível ou de má qualidade, a Contratada deverá efetuar a imediata substituição e arcar com todos os custos de manutenção corretiva, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

10.7. A Contratada responde objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais causados ao Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de combustível, seja por vício de fabricação, falha na qualidade ou por ação/omissão de seus prepostos, aplicando-se, subsidiariamente, as normas de responsabilidade civil previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

10.8. A Contratada assume a responsabilidade pela integralidade das despesas e pelo adimplemento de todos os encargos e obrigações, de qualquer natureza, previstos na legislação vigente e decorrentes da presente contratação;

10.9. Quando for o caso, assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento do combustível.

10.10. A Contratada deverá apresentar mensalmente à Contratante, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, relatório de abastecimento extraído do sistema do posto, contendo os dados do período e o registro de todas as ocorrências mensais, conforme modelo estabelecido no **Anexo A do Termo de Referência**, providenciando as adequações necessárias em seu sistema para atender a esta exigência;

10.11. A Contratada obriga-se a atender prontamente às solicitações e determinações regulares emitidas pela fiscalização, pelo gestor do contrato ou por autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários à perfeita execução contratual;

10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da produtividade ou insumos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de descarte e frete, devendo complementa-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório, exceto nos casos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

10.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendizagem para os maiores de quatorze anos;

Na assinatura do contrato o contratante deve apresentar:

10.14. CRLV dos veículos, cujo tempo máximo de circulação não pode ser superior a 15 (Quinze) anos, a contar do ano de fabricação constatado no CRLV;

10.15. Certificado de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP) do motorista habilitado que conduzirá o veículo de transporte dos Resíduos Perigosos;

10.16. Comprovante de vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo aceito: Carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou documento similar que comprove o vínculo com a empresa classificada.

10.17. Certificado de Inspeção Veicular (CIV) e Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), emitidos por "Organismo de Inspeção Acreditado - Produtos Perigosos", acreditado pelo INMETRO (OIA- PP);

10.18. Ficha de Emergência para Transporte de Produtos Perigosos, segundo Normas ABNT vigentes;

10.19. Licença ambiental para o transporte de resíduos perigosos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato, por dolo ou culpa do contratado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa: moratória ou compensatória;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.2. A aplicação das sanções, inclusive a advertência, será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo é do Chefe do Poder Executivo municipal, ou de quem dele receber delegação de competência.



11.4. A penalidade será aplicada pelo Secretário da pasta a que o contrato está vinculado.

11.5. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.

11.6. A Administração municipal tem o dever de instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa, em virtude de inexecução contratual, salvo se comprovado que o descumprimento decorreu de culpa da própria Administração, caso fortuito, força maior ou fato imputável exclusivamente a terceiros.

11.7. O fiscal do contrato, após registrar em relatório o descumprimento contratual, deverá reportar a situação ao gestor de contrato, a quem caberá solicitar ao Chefe do Poder Executivo municipal autorização para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

11.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, designada pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

11.9. O procedimento para aplicação de penalidades administrativas é o expresso no Decreto nº 29.216, de 13 de março de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e nos arts. 28 e 29, do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III) Indenizações e multas;

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8. Este contrato poderá ser extinto:

- I) por ato unilateral e escrito da Administração municipal, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração municipal e não reste caracterizado o descumprimento contratual por culpa do contratado;
- III) determinada por decisão judicial;

12.9. A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo;

12.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I) devolução da garantia;
- II) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- III) pagamento do custo da desmobilização;



12.11. A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

I) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração municipal;

II) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECURSOS FINANCEIROS

13.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026						
2026						

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS REAJUSTES

14.1. Considerando que os preços dos combustíveis serão ajustados mensalmente com base na média divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no âmbito estadual e aplicação de percentual de desconto ofertado pela contratada no certame, não se aplica o reajuste anual previsto para contratos administrativos. Assim, em eventuais prorrogações, haverá apenas a renovação do prazo contratual, mantidas as condições originalmente pactuadas para os Combustíveis (BS500 e S10);

14.2. Os valores contratados referente ao **Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32)**, serão reajustados a cada Prorrogação/Renovação, tendo como limite máximo a variação acumulada dos últimos 12 meses do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com data-base vinculada à data da **Cotação de Preço de Mercado**, devendo ser observado o interregno mínimo de 1(um) ano (Inciso I, § 8º Art. 25 da Lei 14.133/2021);

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

14.4. Conforme previsto no Art. 106 e 107 da Lei 14.133/21, haverá uma Prorrogação/Renovação do Contrato, através de comprovação de Crédito Orçamentário (Autorização de despesas expressa em valores monetários pela LOA para atender a uma determinada programação orçamentária) e vantajosidade dos valores pagos;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ENCARGOS

15.1. Correrá à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social e tributária incidente em face da presente contratação, que deverá ser comprovada ao **CONTRATANTE**, isentando o **CONTRATANTE** de tais ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021 no que couber;

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;



17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Instrumento de Contrato será publicado na imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

18.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

19.2 O Contratado deverá manter sigilo sobre dados, documentos, transações efetuadas e demais informações que tiver acesso, durante a execução contratual do objeto, devendo coibir qualquer prática contrária às normas da Contratante, salvo por requisição de responsável da parte desta, devidamente formalizada;

19.3 Dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

19.4 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

19.5 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;

19.6 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

19.7 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

19.8 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

19.9 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

19.10 Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

19.11 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

19.12 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

19.13 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

19.14 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, independentemente de qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, respondendo por si e por seus legais sucessores.

Telêmaco Borba, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

Estado do Paraná
CNPJ: 76.170.240/0001-04
Rita Mara De Paula Araújo
Prefeita

CNPJ nº _____

Representante Legal

Matrícula
Gestor do Contrato

Matrícula
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Rodrigo Otavio Safraiter
Matricula 10321

Franklin Xavier
Matricula 9610